



MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

À
FENPROF – Federação Nacional dos Professores
Rua Fialho de Almeida, nº 3

1070-128 LISBOA

Sua referência	Sua comunicação	Nossa referência	Nº ofício / Data
		25.01.04	28 JUN 2016 * 001011

Assunto: “Moção – A Escola Pública, Gratuita, Universal, Inclusiva e de Qualidade é um Direito de todos os Cidadãos e uma Obrigação do Estado Português”

Para conhecimento e efeitos que tiver por convenientes, tenho a honra de enviar a V. Ex^a. cópia da moção sobre o assunto em título, aprovada por maioria, com uma abstenção do eleito do Partido Social Democrata, na sessão realizada no dia 27 de Junho corrente.

Com os melhores cumprimentos.

A Presidente da Assembleia Municipal,

- Dr.^a. Maria Fernanda Coelho do Espírito Santo -

PJ/PJ

FENPROF
RECEBIDO
04 JUL 2016
Entrada Nº 1276



MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MOÇÃO

“A Escola Pública, Gratuita, Universal, Inclusa e de Qualidade é um Direito de todos os cidadãos e uma Obrigação do Estado Português

A Constituição da República Portuguesa proclama que todos os cidadãos têm direito à educação com garantia do direito à igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares.

No seu artigo 75º, a CRP determina que compete ao Estado a criação de uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população, o que não dispensa de, ao mesmo tempo, reconhecer e fiscalizar o ensino particular e cooperativo, no respeito pela lei.

A Lei de Bases do Sistema Educativo determina que é da especial responsabilidade do Estado promover a democratização do ensino, garantindo a todos os portugueses a liberdade de aprender e ensinar, com tolerância para as escolhas possíveis, mas abstendo-se de impor diretrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas, pelo que o ensino público não pode ser confessional.

A massificação do ensino proporcionada pelo fim da ditadura fascista, e promovida desde a primeira hora, pela Revolução de Abril, criou naturalmente dificuldades aos governos da democracia na concretização do imperativo constitucional de criação de uma rede de escolas públicas que cobrisse todo o país.

Com o fim de ultrapassar essa dificuldade, o Estatuto das Escolas do Ensino Particular e Cooperativo, aprovado pelo DL 553/80 instituiu os **contratos de associação**, a serem celebrados com escolas particulares **situadas em zonas carecidas de escolas públicas**.

Em 2015, procurando concretizar um projeto neoliberal de criação de um mercado educativo alargado e concorrencial, **o governo PSD/CDS celebrou contratos de associação com colégios privados que não correspondiam a carências da rede e visavam financiar esses colégios, em prejuízo do investimento necessário e legalmente imperativo que o Estado tem que fazer na Escola Pública.**

O Ministério da Educação decidiu agora repor a legalidade e só permitir a celebração de novos contratos a partir de 2016/2017 quando se verificar manifesta incapacidade da Escola Pública dar resposta às necessidades da população escolar, medida que tem tido uma violenta oposição da Associação dos Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo – AEEP.

Assim,

A Assembleia Municipal de Castro Verde, reunida em 27 de Junho de 2016, deliberou, por maioria, com a abstenção do vogal do PSD:

1. Manifestar o apoio às medidas que visem repor a legalidade e moralizar a celebração dos contratos de associação enquanto instrumento supletivo da Escola Pública;
2. Repudiar a campanha de desinformação brutal promovida pela Associação de Escolas do Ensino Particular, com o acompanhamento cúmplice do PSD e do CDS e com a cobertura mediática de alguns órgãos de comunicação social, com o objetivo de descredibilizar a Escola Pública e os seus profissionais.
3. Exigir do governo, o conjunto de medidas que visem concretizar um investimento consentâneo com o desígnio constitucional de garantir uma Escola Pública, Gratuita, Universal, Inclusiva e de Qualidade para todos os Cidadãos e assim garantir o acesso à educação e ao conhecimento a todas as crianças e jovens."

Paços do Município de Castro Verde, 27 de Junho de 2016

A Presidente da Assembleia Municipal,



- Dr.ª. Maria Fernanda Coelho do Espírito Santo -